

MOINHOS DE VENTO

OS ARTISTAS DA CIDADE SE SENTEM COMO DOM QUIXOTE LUTANDO CONTRA AS ENGRENAGENS INSENSÍVEIS DOS ÓRGÃOS DE FOMENTO À CULTURA: SÓS COM SEUS PARCOS RECURSOS, AMPARADOS APENAS PELA BOA VONTADE DE PESSOAS E ENTIDADES ESPORÁDICAS, MUITAS

VEZES ABANDONADOS À PRÓPRIA SORTE NO TEATRO DA

Patrocínio, apoio e uma política governamental definida para o setor são palavras mágicas que mexem com quem faz teatro na cidade. Fernando e Adriano Guimarães e o diretor Plínio Mósca, não são exceção a esta regra.

Com a peça *Dorotéia* — uma montagem em cima de textos de Nelson Rodrigues, Jean Paul Sartre e Samuel Beckett —, os irmãos Guimarães rodaram o Nordeste e fizeram sucesso no Rio de Janeiro, antes de abrir o último Festival de Teatro de Curitiba.

Mas quando eles retornam à cidade, as coisas não vão tão bem assim. “Em Brasília não existe a valorização do artista”, queixa-se Adriano, que ao lado do irmão vem comandando desde 1989 a Companhia Teatral Gabinete Três, um núcleo de criação que relaciona teatro e artes plásticas.

Eles criticam a postura do governo do Distrito Federal que, ao contrário de outras capitais, como Curitiba, Rio e Belo Horizonte, têm o hábito saudável de apoiar seus artistas.

“O governo não precisa bancar tudo, mas dar um suporte, pois isto facilitaria nossas outras parcerias”, argumenta Fernando, que reclama: “A cada novo projeto a gente começa do zero. Os projetos são avaliados com o mesmo peso e critério, sem levar em conta a qualidade de cada um”.

Os irmãos lamentam que o teto máximo de financiamento do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura é muito baixo — em torno de R\$ 15 mil —, enquanto no Rio uma produção considerada modesta fica por volta de R\$ 100 mil.

Mila Petrillo



Fernando e Adriano (de óculos) Guimarães dizem que a cada novo projeto tudo começa do zero: os organismos oficiais não consideram a carreira do artista nem a boa qualidade dos espetáculos

SUGESTÕES

Fazendo o que chama de *teatro alternativo*, o diretor de teatro Plínio Mósca reivindica “um compromisso formal, um projeto político que venha endossado de verba ou um plano bianual de fomento à cultura”.

Plínio diz que Brasília é a capital nacional dos auditórios, sendo que

muitos não são usados mais de uma vez por ano.

“Brasília poderia ter um teatro de bolso em cada ministério”, sugere, vendo com bons olhos a idéia de editais de ocupação dos espaços disponíveis como uma parceria dos governos local e federal.

Segundo Plínio, a Escola Parque

(308 Sul) é “um exemplo cruel” de teatro abandonado pelo poder público. “Por que não entregá-lo à iniciativa privada para recuperá-lo e explorá-lo?”, questiona Plínio.

Ele se sentiu ofendido com as autoridades culturais locais quando estreou a peça *Comédia do Viajante*, de Alexandre Ribondi, com direção

sua, no Teatro Casa do Candango.

“Convidei mais de vinte autoridades de todas as áreas da Fundação Cultural e pouquíssimos vieram”, cobra Plínio, lembrando que o espaço da L2 Sul “faz parte da cultura da cidade”. Com recursos próprios, chegou a fazer até oito estréias no ano, mas está passando por um pe-

ríodo de vacas magras. “A cultura ficará mais pobre se eu tiver que fechar o teatro”, diz.

Plínio Mósca já está de maleta na mão para batalhar verba destinada a seu novo projeto: uma peça itinerante sobre Dom Quixote na visão do fiel escudeiro Sancho Pança. Advinhem quem será Sancho Pança?